

Cristiane Iwakura
Fernanda Gomes e Souza Borges
Juliano Oliveira Brandis
ORGANIZADORES

PROCESSO E TECNOLOGIA

**JUSTIÇA DIGITAL - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - RESOLUÇÃO
CONSENSUAL DE CONFLITOS - GESTÃO ESTRATÉGICA E
GOVERNO DIGITAL - LEGAL DESIGN**

Londrina/PR
2022


THOTH
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.

www.editorathoth.com.br

contato@editorathoth.com.br

Processo e Tecnologia: Justiça Digital
- Inteligência Artificial - Resolução
Consensual de Conflitos - Gestão
Estratégica e Governo Digital - Legal
Design. / Organizadores: Cristiane Iwakura,
Fernanda Gomes e Souza Borges, Juliano
Oliveira Brandis. – Londrina, PR: Thoth
2022.

Inclui bibliografias.

649 p.

ISBN 978-65-5959-229-6

1. Direito Processual Civil. 2. Direito Digital.
I. Iwakura, Cristiane. II. Borges, Fernanda
Gomes e Souza. III. Brandis, Juliano
Oliveira.

CDD 341.4
CDD 340.0285

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: os autores

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago
Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur
Bezerra de Souza Junior

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil : 341.4

2. Direito Digital : 340.0285

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati
• Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Me.
Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza
Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga •
Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me.
Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo
R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Esp. Gabriela
Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wünsch • Prof.
Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta
Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof^a.
Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela
Ghacham Desiderato • Prof^a. Dr. Rita de Cássia R.
Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes
• Prof. Dr. Zulmar Fachin

Proibida a reprodução parcial ou total desta
obra sem autorização. A violação dos Direitos
Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta
obra por seu autor.

SUMÁRIO

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	7
SOBRE OS AUTORES.....	9
DEDICATÓRIA.....	21
APRESENTAÇÃO.....	23
PREFÁCIO.....	27

PARTE I

JUSTIÇA DIGITAL.....	45
----------------------	----

CAPÍTULO 1

Leonardo Greco

PROCESSO E TECNOLOGIA.....	47
Introdução: a revolução tecnológica e o processo.....	47
1 A reforma do Judiciário e a Emenda Constitucional n. 45/2004.....	48
2 O processo justo e a emergência da COVID-19.....	49
3 O processo justo e a reserva de lei.....	50
4 As diretrizes básicas do Processo Civil brasileiro.....	51
5 Limitações a garantias constitucionais no Estado Democrático de Direito.....	53
6 Disponibilidade e indisponibilidade das garantias fundamentais do processo.....	54
7 Julgamentos virtuais.....	55
8 Depoimentos de testemunhas.....	57
9 Limitações ilegais ao exercício da defesa pelo advogado.....	57
10 Violação da paridade de armas.....	58
11 Publicidade.....	59
12 Oralidade.....	59
13 Deficiência de fundamentação.....	60
14 A presença e o atendimento de juízes e serventuários nas sedes dos juízos e serventias.....	63
15 O direito de defender-se provando e a duração razoável do processo.....	65

Considerações finais	65
Referências	66

CAPÍTULO 2

Juliano Oliveira Brandis

Lucio Camilo Oliva Pereira

Renata Di Masi Palheiro

DIÁLOGO ENTRE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DIREITO PROCESSUAL: IMPACTOS DA DIGITALIZAÇÃO DOS PROCESSOS	69
Introdução.....	70
1 Processo e Tecnologia: a evolução do processo eletrônico no Brasil.....	71
1.1 Peculiaridades sobre o uso das informações no meio tecnológico.....	73
1.2 A diversidade dos sistemas e o desafio da padronização.....	74
1.3 <i>Cyber</i> segurança e processo judicial eletrônico	77
2 Impactos trazidos pela implantação do meio digital à ciência processual	81
2.1 O acesso à justiça e o processo digital.....	82
2.2 Garantias processuais e processo digital	85
3 A necessária padronização dos portais de jurisprudência	87
Conclusão.....	91
Referências	92

CAPÍTULO 3

Valter Shuenquener de Araújo

Anderson de Paiva Gabriel

Fábio Ribeiro Porto

A TRANSFORMAÇÃO TECNOLÓGICA DO PODER JUDICIÁRIO E A JUSTIÇA 4.0	95
Introdução.....	96
1 O Juízo 100% digital e a transformação tecnológica do Poder Judiciário	98
2 O cumprimento de ato digital de ato processual e o fim das cartas precatórias.....	101
Conclusão.....	105
Referências	107

CAPÍTULO 4

Fábio Ribeiro Porto

O MICROSSISTEMA DE JUSTIÇA DIGITAL INSITUTÍDO PELAS RESOLUÇÕES CNJ N°S 335/2020, 345/2020, 354/2020, 372/2021 E 385/2021	111
Introdução.....	111
1 Descodificação e microssistema	114

2 O Conselho Nacional de Justiça e o poder normativo 115

Conclusão: o microssistema de justiça digital 119

Referências 122

CAPÍTULO 5

Rodrigo Fux

PROCESSO E TECNOLOGIA NO DIVÃ: A PRIMEIRA DÉCADA DA EXPERIÊNCIA
BRASILEIRA 127

Introdução 127

1 Os impulsos com o processo judicial eletrônico 129

2 Os impulsos de ferramentas tecnológicas aplicadas no processo judicial eletrônico 133

3 Os impulsos ao acesso efetivo à justiça 137

Considerações finais: do acesso à justiça à desjudicialização 140

Referências 141

CAPÍTULO 6

Arthur Künzel Salomão

Marco Antônio Rodrigues

O PROCESSO DIGITAL: DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL PARA A
COMPETÊNCIA ADEQUADA? 145

Introdução 145

1 O direito fundamental de acesso à justiça e o processo digital 146

2 Competência Territorial e a Prestação Jurisdicional 148

3 Resolução nº 345/2020 do Conselho Nacional de Justiça 151

4 Do Conceito de Competência Territorial para o de Competência Adequada 154

Considerações Finais 156

Referências 157

CAPÍTULO 7

Antônio Aurélio de Souza Viana

Camilla Paolinelli

PROBLEMATIZANDO O DIREITO À PROVA PRODUZIDA EM AMBIENTE
VIRTUAL: ATIPICIDADE, PRESERVAÇÃO DE DADOS E VALORAÇÃO DAS PROVAS
NO CONTEXTO DA TECNOLOGIZAÇÃO DAS RELAÇÕES JURÍDICAS 159

Introdução: a tecnologia das relações jurídicas e os desafios colocados ao direito de
provar 159

1 A atipicidade dos meios de prova e as provas digitais 163

2 Construindo uma noção de prova digital 166

3 Liberdade probatória e novas fontes de prova: digital logs, geotags, dados de rastreadores
ativos, sensores, dispositivos iot e outros registros digitais 169

4 Validade e confiabilidade da prova digital armazenada em cadeia de blockchain: é possível

se falar em inversão do ônus da prova?	176
5 Contraditório como garantia de influência, valoração de provas digitais e dever de fundamentação: riscos de enviesamento e alguns cuidados	181
Considerações finais	184
Referências	185

CAPÍTULO 8

Lucélia de Sena Alves

A COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS POR <i>WHATSAPP</i> E O PLS Nº 176/2018	191
Introdução.....	191
1 A comunicação dos atos processuais por WhatsApp e a virada tecnológica do direito..	191
2 A comunicação dos atos processuais em tempos de pandemia	193
3 O posicionamento do STJ e do CNJ a respeito do tema	194
4 O <i>WhatsApp</i> como meio idôneo de comunicação processual.....	195
5 O PLS 176/2018 que institui a intimação por meio de aplicativos	196
Considerações finais	197
Referências	198

CAPÍTULO 9

Cecília Rodrigues Frutuoso Hildebrand

Myrna Alves de Britto

OS IMPACTOS DA LEI Nº 14.195/2021 NA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	199
Introdução.....	199
1 Impactos da Lei nº 14.195/2021	200
2 Da citação pelo <i>WhatsApp</i>	205
Conclusão	207
Referências	208

PARTE II

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.....	211
------------------------------	-----

CAPÍTULO 10

Fabiano Hartmann Peixoto

Débora Bonat

PROCESSO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA PERSPECTIVA DE LOGÍSTICA
--

JURISDICIONAL EM UM CONTEXTO DE PRECEDENTES	213
Introdução.....	213
1 Contribuição do projeto Mandamus para captação artificial de textos jurisdicionais.....	215
2 Desafios do processo e do sistema de precedentes “tropicalizado”	217
3 A <i>liquid machine learning</i> apresentando novas perspectivas para o problema do engessamento das decisões de precedentes	219
Conclusão	221
Referências	222

CAPÍTULO 11

Flávio Quinaud Pedron

João Sérgio Pereira

LIMITES E GRAUS DE RISCOS À UTILIZAÇÃO DE DECISÕES AUTOMATIZADAS NA SEARA PROCESSUAL.....

Considerações iniciais.....	225
1 A utilização de decisões automatizadas na seara processual.....	226
2 Benefícios, limites e avaliação de riscos na utilização de sistemas especialistas supervisionados.....	229
3 A automação do mundo da vida e o alerta primordial quanto ao enviesamento humano, diante de um resultado artificial – imbricações com o direito processual.....	240
Considerações finais	244
Referências	245

CAPÍTULO 12

Luís Manoel Borges do Vale

EMENTISMO TECNOLÓGICO: CONTINUAREMOS A INSISTIR NO ERRO?..

Introdução: considerações gerais sobre o sistema de precedentes do CPC	251
1 Modelos de julgamentos e o problema da extração da <i>ratio decidendi</i>	254
2 Tecnologias disruptivas e o direito.....	256
3 Contornos da aplicação tecnológica dos precedentes judiciais e a necessidade de estabelecimento de novos parâmetros teóricos.....	260
4 O devido processo legal tecnológico e os precedentes judiciais	264
5 Ementismo tecnológico.....	265
Conclusões	268
Referências	268

CAPÍTULO 13

Marcelo Mazzola

Nathalia Ribeiro

IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO JUDICIÁRIO E SEUS REFLEXOS

NA CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA DE PADRONIZAÇÃO DECISÓRIA	271
Introdução.....	271
1 A tecnologia aplicada ao processo judicial.....	273
1.1 Victor no STF	275
1.2 Athos, Sócrates, E-Juris e TUA no STJ.....	276
1.3 Bem-te-vi no TST	276
1.4 Poti, Clara e Jerimum no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte...	276
1.5 Ágil e Radar no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	277
1.6 Sinapes no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (em parceria com o CNJ) ...	277
1.7 Elis no Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco	277
1.8 Sinara no Tribunal Regional Federal da 3ª Região	277
1.9 Julia no Tribunal Regional Federal da 5ª Região	277
1.10 Hercules no Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.....	277
1.11 Alice, Sofia, Monica e Zello no Tribunal de Contas da União	278
1.12 Outros	278
2 A tentativa do CPC/15 de criar um sistema de padronização decisória	279
3 Contribuição da inteligência artificial no desenvolvimento do sistema de padronização decisória	280
Conclusão.....	283
Referências	284

CAPÍTULO 14

Marcela Bodin de Saint-Ange Comnène Mesiano

COMO A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI), A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA), O BUSINESS INTELLIGENCE(BI) E O BIG DATA PODEM TRANSFORMAR O PODER JUDICIÁRIO.....	287
Introdução.....	287
1 Tecnologia e celeridade.....	289
2 Novas ferramentas tecnológicas.....	290
3 Revolução tecnológica no Poder Judiciário brasileiro.....	292
Conclusão.....	294
Referências	295

PARTE III

TECNOLOGIA E RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS	297
--	-----

CAPÍTULO 15

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ON-LINE E O MODELO MULTIPORTAS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO PARA A DISSUAÇÃO DAS DISPUTAS JUDICIAIS299

Introdução: considerações gerais.....299

1 A cibernética como ferramenta para a implementação da justiça: os métodos alternativos de soluções de conflito300

2 Vantagens e desvantagens no uso da ADR301

3 Online Dispute Resolution (ODR)301

4 Tipos de ODR.....303

5 Benefícios provenientes da utilização da ODR.....303

6 Principais desafios da ODR304

7 A nova processualística civil brasileira.....306

Considerações finais309

Referências310

CAPÍTULO 16

Humberto Dalla Bernardina de Pinho

SISTEMA INFORMATIZADO PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS POR MEIO DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO: A RESOLUÇÃO Nº 358/2020 DO CNJ E A VIRTUALIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA313

Introdução: o acesso à justiça e o uso das ferramentas adequadas de solução de conflitos..313

1 A contribuição dos meios virtuais para a resolução de conflitos e a evolução do direito brasileiro317

2 O protagonismo do CNJ e a edição dos atos normativos necessários à viabilização do acesso à justiça digital no brasil e da justiça multiportas320

Considerações finais: perspectivas para a resolução adequada de conflitos durante e após a pandemia323

Referências326

CAPÍTULO 17

Flávia Pereira Hill

MEDIAÇÃO ON-LINE: REMÉDIO ADEQUADO CONTRA A PROLIFERAÇÃO DE LITÍGIOS DURANTE A PANDEMIA329

Introdução: Em casa, e agora? Mediar ou remediar?329

1 A mediação como o mecanismo mais adequado para solucionar litígios típicos do contexto da pandemia332

2 Novos problemas, novas soluções: desafios para a implementação, a curto prazo, da mediação on-line335

2.1 Déficit no número de mediadores335

2.2 Informatização dos tribunais	336
2.2.1 TJRJ.....	336
2.2.2 Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.....	337
2.2.3 Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO).....	337
2.2.4 Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES).....	337
3 Divulgação das ferramentas de mediação on-line	338
Conclusão.....	338
Anexo.....	340
Referências	340

CAPÍTULO 18

Rosalina Freitas Martins de Sousa

ONLINE DISPUTE RESOLUTION NO PROCEDIMENTO RECURSAL: VIABILIDADE E BENEFÍCIOS	345
Introdução: o sistema de justiça e as oportunidades apresentadas pela tecnologia.....	345
1 ODRs e a possibilidade de gestão dos processos judiciais por meio da tecnologia.....	347
2 Plataformas de resolução de conflitos on-line e os processos judiciais. Três experiências brasileiras	349
3 Potencialização de acordos e os possíveis impactos na recorribilidade para os tribunais de superposição	351
4 As razões que justificam a existência dos recursos e a implementação de ODR na esfera recursal: um horizonte relacionável.....	354
4.1 Aproveitamento de uma outra dimensão do processo: o arrefecimento do <i>optimism bias</i> e a minimização do inconformismo das partes.....	354
4.2 Big Data jurídico e a possibilidade de revisão das decisões judiciais.....	356
4.3 A implementação de ODR na esfera recursal e a relação com a possibilidade de coibir o autoritarismo	357
5 ODR na esfera recursal e a uniformização da jurisprudência	357
6 ODR, adaptação procedimental e possível automatização de etapas recursais	359
Conclusão: um longo caminho a trilhar	360
Referências	361

CAPÍTULO 19

Murilo Strätz

Roberto de Aragão Ribeiro Rodrigues

PLATAFORMAS ON-LINE DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E SEU USO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....	367
Introdução: panorama da jurisdição contemporânea e postura da Fazenda Pública	367
1 Breve histórico das plataformas on-line de resolução de controvérsias	369
2 Noções gerais e conceito.....	370

3 A utilização das plataformas on-line de resolução de litígios pela administração pública federal.....	372
Conclusão.....	374
Referências	374

PARTE IV

TECNOLOGIA, GESTÃO ESTRATÉGICA E GOVERNO DIGITAL.....	377
--	------------

CAPÍTULO 20

Cristiane Iwakura

Fernanda Gomes e Souza Borges

Pedro Gueiros

INTEROPERABILIDADE, GOVERNO DIGITAL E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO: UMA NOVA CONCEPÇÃO DE SISTEMAS PROCESSUAIS ELETRÔNICOS.....	379
--	------------

Introdução.....	379
------------------------	------------

1 O que se espera a partir da interoperabilidade no mundo digital?.....	380
--	------------

2 Árvore processual: da Biomimética ao Princípio da Interoperabilidade.....	386
--	------------

3 O governo digital seria uma solução para os problemas?	388
---	------------

4 De que forma as garantias fundamentais do processo são impactadas pela informatização dos meios procedimentais?	391
--	------------

Conclusão.....	395
-----------------------	------------

Referências	395
--------------------------	------------

CAPÍTULO 21

Fernanda Mattar Furtado Suriani

Gabriel Hernan Eifer

Rafaele Monteiro Melo

TECNOLOGIA NA GESTÃO DO CONTENCIOSO DA PROCURADORIA-GERAL FEDERAL: DO TÁTICO AO ESTRATÉGICO.....	397
---	------------

Considerações iniciais.....	397
------------------------------------	------------

1 Contexto de transformação digital na PGF.....	398
--	------------

1.1 Externo: Digitalização do Poder Judiciário e Litigância de Massa.....	398
--	------------

1.2 Interno: Governança, Inovação e Tecnologia	400
---	------------

2 O cenário de transformação digital na PGF.....	401
---	------------

3 Inovação planejada na PGF	403
--	------------

4 Estruturas de inovação tecnológica	405
---	------------

5 Sistemas de automação - Robotic Process Automation (RPA) - na PGF.....	407
---	------------

6 Desafios e soluções encontradas	408
6.1 Aplicativos de triagem (Optimus, Prime, Mara, Mast, Mano, Mark, Mercúrio, Elda, Sônia).....	408
6.2 Aplicativos de cadastramento (Gafanhoto, Thor, Petra, Macro E-Saj, Gnomo).....	409
6.3 Aplicativos de consulta a sistemas (Loki, Sagui Cálculos, Camelo, Sagui).....	409
6.4 Aplicativos de peticionamento e minutagem (Panda, Loki, Lex).....	410
6.5 Aplicativos voltados à digitalização de processos (Yoda, Storm, Megatron)	410
6.6 Planilhas automatizadas (Robô Cadastro, Dr. Jorge, Planilha de Cálculos, Planilha de Acordos, Parâmetro Fácil)	410
6.7 Aplicativos de produtividade (Macro Recorder, Snap Link Plus, Phrase Express, Ditto, Lightshot, Highlight This, Search Plus).....	410
6.8 Aplicativo de gestão do conhecimento (PGF Conecta)	411
7 Resultados	411
Considerações finais	413
Referências	414

CAPÍTULO 22

Juliano Heinen

REGULAÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS E DA “VIDA DIGITAL”	417
Introdução.....	417
1 Regulação da economia.....	418
2 Regulação das novas tecnologias e disrupções.....	420
3 Relação entre a regulação e a tecnologia	421
4 Regulação da economia digital.....	422
5 Possíveis ganhos econômicos e os “mercados biface”	423
6 A autorregulação da economia digital	424
Conclusões	425
Referências	426

CAPÍTULO 23

Flávia Pereira Ribeiro

INTEROPERABILIDADE ENTRE OS SISTEMAS DO PODER JUDICIÁRIO E DOS TABELIONATOS DE PROTESTO: UM DESAFIO PARA O SUCESSO DA DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL (PL Nº 6.204/2-19).....	429
Introdução.....	429
1 Previsão legal da interoperabilidade no Brasil. Regramento do Conselho Nacional de Justiça.....	430
2 A interoperabilidade entre as plataformas do Poder Judiciário e do agente de execução..	433
3 Interoperabilidade nos sistemas de buscas de bens no Brasil.....	434
4 Convênios, termos e acordos havidos entre o Conselho Nacional de Justiça e o Poder	

Judiciário.....	435
5 SisbaJud – Sistema de Busca de ativos do Poder Judiciário	436
6 Renajud – Sistema de Restrição Judicial.....	436
7 InfoJud – Sistema de Informações ao Judiciário	437
8 CCS Bacen – Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional.....	438
9 SerasaJud - Termo de Cooperação entre o Serasa Experian e Poder Judiciário	439
10 SREI – Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis.....	439
11 SIRA - do Sistema Integrado de Recuperação de Ativos	440
12 Outros convênios, termos e acordos.....	441
Conclusão.....	441
Referências	442

CAPÍTULO 24

João Marcelo Rego Magalhães

<i>SMART CITIES</i> : UM CONCEITO SOB A ÓTICA DAS MÁQUINAS OU DOS CIDADÃOS?.....	447
Introdução.....	447
1 Os elementos do conceito <i>smart city</i>	448
1.1 Internet das coisas (IoT).....	448
1.2 Análise de dados do tipo <i>big data</i>	449
1.3 Colaboração entre os cidadãos locais	450
2 O “espírito” por trás dos principais projetos sobre cidades inteligentes.....	451
3 Finalmente o que importa: os cidadãos valorizados em cidades inteligentes.....	454
Considerações finais	456
Referências	456

CAPÍTULO 25

Eduardo Talamini

André Guskow Cardoso

<i>SMART CONTRACTS</i> , “AUTOTUTELA” E TUTELA JURISDICIONAL.....	459
Introdução.....	459
1 Os <i>smart contracts</i> : origem, conceito e fundamentos.....	460
1.1 Não tão inteligentes assim.....	461
1.2 Smart contracts e tecnologia <i>blockchain</i>	462
1.3 Os atributos da tecnologia <i>blockchain</i> a serviço dos <i>smart contracts</i>	463
1.3.1 Transparência.....	463
1.3.2 Imutabilidade.....	463
1.3.3 Descentralização.....	463
1.3.4 Resiliência.....	463
1.4 Principais características dos <i>smart contracts</i>	464
1.4.1 Definição em código computacional.....	464

1.4.2 Comandos lógicos e restrições derivadas.....	465
1.4.3 Autoexecutoriedade.....	465
1.4.4 Impossibilidade de interrupção dos comandos.....	468
1.4.5 Registro permanente das obrigações e comandos executados.....	470
1.4.6 A necessidade de coleta de informações externas ao contrato: <i>oracles</i>	471
1.5 Principais plataformas.....	471
1.6 Principais usos.....	472
2 As relações obrigacionais e os <i>smart contracts</i>	473
2.1 A natureza das obrigações.....	473
2.2 Impactos da tecnologia sobre as relações obrigacionais.....	473
2.2.1 Automação da execução das obrigações.....	473
2.2.2 A formação da obrigação e as dificuldades derivadas da dicotomia de instrumentos (linguagem natural <i>versus</i> linguagem computacional).....	474
2.2.3 Cumprimento e descumprimento das obrigações no contexto dos <i>smart contracts</i> : os possíveis motivos de conflito.....	477
2.3 A imprescindível interface com a realidade: mundo real <i>vs</i> mundo virtual.....	478
3 <i>Smart contracts</i> e prevenção (impedimento prévio) e solução de conflitos	478
4 Autocumprimento e autotutela.....	479
4.1 Extensão útil do conceito de autotutela.....	480
4.2 Cotejo com a dinâmica dos <i>smart contracts</i>	482
4.3 A natureza obrigacional do <i>smart contract</i> – Estado de sujeição (direito potestativo)	484
4.4 Manifestação tecnológica de arranjos antigos?	486
4.4.1 <i>Smart contract</i> e procuração em causa própria: o procurador automatizado.....	487
4.4.2 <i>Smart contract</i> como contrato <i>escrow</i> : o agente fiduciário automatizado.....	488
4.5 Mecanismos tecnológicos de autotutela (que não são <i>smart contracts</i>)	489
4.6 O <i>blockchain</i> a serviço da autotutela.....	490
4.7 Um teste: pacto comissório e pacto marciano submetidos ao <i>blockchain</i>	492
4.8 A contribuição do <i>smart contract</i> para as relações não-digitais: agentes heterônomos.....	494
5 A prevalência prática do <i>solve et repete</i>	495
6 A tutela jurisdicional e os <i>smart contracts</i>	496
6.1 Jurisdição estatal ou arbitral	496
6.2 Tutela restitutória ou reparatória (desfazimento ou ressarcimento do cumprimento indevido).....	498
6.3 Há espaço para tutela específica <i>ex ante</i> ?	498
6.4 A tutela do credor	500
6.4.1 Possível força executiva	500
6.4.2 Provas, em processo de conhecimento comum ou monitório.....	500
6.5 Limites jurídicos e práticos da jurisdição	501
Conclusão.....	502
Referências	503

PARTE V

LEGAL DESIGN	507
--------------------	-----

CAPÍTULO 26

Dierle Nunes

Catharina Almeida

A INFLUÊNCIA DO DESIGN CENTRADO NOS SUJEITOS PROCESSUAIS COMO AUXILIAR DA EFETIVIDADE EM PLATAFORMAS JUDICIAIS ELETRÔNICAS.....	509
Considerações iniciais.....	510
1 Do meio físico ao digital: o design centrado no ser humano	511
2 Os obstáculos enfrentados por usuários de sistemas jurídicos digitais	516
3 Boas práticas na arquitetura de plataformas digitais via legal design.....	520
4 O papel do visual law e dos nudges de informação em favor da efetividade processual.....	523
Conclusões	527
Referências	528

CAPÍTULO 27

Bernardo de Azevedo e Souza

VISUAL LAW: A NOVA ERA DA COMUNICAÇÃO JURÍDICA	531
Introdução	531
1 Experiências mundo afora.....	533
2 Legal Design e Visual Law no Brasil	535
3 Cases nos setores público e privado.....	535
3.1 Poder Judiciário.....	536
3.2 Ministério Público	539
3.3 Advocacia-Geral da União	540
3.4 Departamentos jurídicos	541
3.5 Escritórios de advocacia	542
Considerações finais	543
Referências	545

CAPÍTULO 28

Daniel Becker

Natasha Rojtenberg

Luiz Otávio Sicsu

O PAPEL DA UX NO PODER JUDICIÁRIO COMO PROMOTORA DO ACESSO A JUSTIÇA	547
---	-----

Introdução	547
1 Justiça em (assustadores) números	548
2 Tribunais on-line e o futuro da justiça.....	550
3 Incentivo à boa experiência do usuário como facilitador de resoluções consensuais de conflitos	554
4 Voltando os olhos à experiência brasileira: uma dura crítica	556
Conclusão.....	559
Referências	560

CAPÍTULO 29

Antonio Carlos Mota Machado Filho

UTILIZAÇÃO DO <i>VISUAL LAW</i> PELA ADVOCACIA PÚBLICA EM JUÍZO	563
Introdução: do conceito.....	563
1 Da utilização de elementos visuais em petições judiciais	566
2 Dos recursos mais comuns do <i>visual law</i>	568
2.1 Infográficos	568
2.2 Fluxogramas	569
2.3 Pictogramas	570
2.4 Gamificação.....	571
2.5 Storyboards.....	571
2.6 Hiperlinks e QR Codes.....	573
2.7 Outros elementos	573
3 Dos conceitos ligados ao <i>Visual Law</i>	574
4 Da utilização de elementos audiovisuais	577
5 Da utilização equivocada de elementos visuais	578
6 Da recepção pelo Poder Judiciário	579
Conclusão.....	580
Referências	581

CAPÍTULO 30

Marco Bruno Miranda Clementino

DIREITO VISUAL NO PROCESSO TRIBUTÁRIO	585
Introdução.....	585
1 O tributo entra na sua casa sem prévio convite.....	587
1.1 “En raison de son excessive complexité qu’aucun motif d’intérêt général ne suffisait à justifier”	590
2 “A lei não esgota o direito como a partitura não exaure a música”	592
3 Empatia e inclusão no processo tributário	594
Conclusão.....	598

Referências	599
--------------------------	------------

PARTE VI

PROCESSO E TECNOLOGIA: EXPERIÊNCIAS ESTRANGEIRAS.....	601
--	------------

CAPÍTULO 31

Andrea A. Meroi

INNOVACIÓN TECNOLÓGICA Y REFORMA PROCESAL CIVIL	603
Introducción	603
1 Orientación de los procesos de Reforma Procesal Civil en la Argentina antes de la emergencia sanitaria Por Covid-19	604
2 La emergencia por covid-19 y la centralidad de la innovación tecnológica	607
3 Innovación tecnológica y reforma procesal civil.....	609
4 Primer nivel: tecnología de apoyo	612
5 Segundo nivel: tecnología de reemplazo	614
5.1. ¿Cuáles serían las características de la litigiosidad que justificarían la incorporación de IA?.....	614
6 Tercer nivel: tecnología disruptiva	617
7 Innovación tecnológica para el proceso, respetuosa de los derechos humanos	618
8 Conocimiento efectivo, derecho a la información, control del usuario	619
9 Acceso a la justicia, brecha digital y obligatoriedad del uso de la tecnología	620
10 Protección de datos personales	621
11 Sesgos de programación	622
12 Competencia funcional para el diseño, entrenamiento y control del sistema	623
Conclusiones	624
Referencias	627

CAPÍTULO 32

Inês Caeiros

A EFICIÊNCIA DA EXECUÇÃO ATRAVÉS DA INTEROPERABILIDADE DOS SISTEMAS INFORMÁTICOS : A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA	633
Introdução.....	633
1 O processo eletrônico.....	635
2 Os intervenientes na tramitação do processo executivo.....	637
2.1 Agente de execução.....	637
2.2 Juiz de execução	639
2.3 Secretaria judicial	640
3 Diligências prévias à penhora	641
4 Portaria de acesso às bases de dados oficiais.....	642

5 Registo informático de execuções	643
6 Movimentação das contas cliente.....	644
7 Dever de informação e comunicação do agente de execução	646
8 Penhora eletrônica de saldos bancários.....	646
9 Leilão eletrônico.....	647
Conclusão.....	647
Referências	648